



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682218 - RS (2021/0231536-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MICHEL FRANCA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : MICHEL FRANÇA DA SILVA - RS106900
DANIEL HARTZ ANACLETO - RS122154
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : WILLIAM RAFAEL MARTINS RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAM RAFAEL MARTINS RODRIGUES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 0018022-67.2021.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 9 anos e 9 meses de reclusão no regime inicialmente fechado e de 600 dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, c/c art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006.

O Tribunal de origem, após negar provimento à apelação defensiva, acolheu em parte os embargos de declaração opostos pelo paciente, para aplicar a atenuante da confissão espontânea, fixando a pena definitiva em 9 anos de reclusão, mantida quanto ao mais a sentença condenatória.

Nesta via, a defesa sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal porque a minorante do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas foi afastada sem amparo em fundamentação idônea.

Afirma que o mesmo motivo (quantidade de entorpecente) não justifica, por si só, a exasperação da pena base acima do mínimo legal, e, simultaneamente, o afastamento da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, sob pena de indevido *bis in idem* - o que justifica, ao menos, a revisão da dosimetria da pena imposta ao paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja redimensionada a pena e seu respectivo modo de cumprimento, de acordo com o redutor estabelecido pelo art. 33, § 4º, da Lei de Drogas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No caso, o Tribunal de origem manteve o afastamento do redutor de pena estabelecido pelo art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 considerando a grande quantidade de entorpecentes apreendido - o que denotaria a habitualidade do paciente com a tráfico ilegal.

É que se deduz do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fl. 18):

Ocorre que as questões invocadas já foram enfrentadas por esta Colenda Câmara, em sessão virtual realizada de 23 de março até 24 de março de 2021, conforme se depreende das fls.307/316, do acórdão hostilizado, as quais não serão novamente

aqui transcritas e abordadas, por não se prestar o presente recurso para esse fim.

Apenas a título argumentativo, saliento que as nulidades arguidas e a inviabilidade de aplicação da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 foram extensamente fundamentadas no acórdão.

Do mesmo modo, não há que se falar em bis in idem na aplicação da pena, porque a natureza e quantidade foram consideradas na pena-base e a redutora afastada em razão da circunstância de haver demonstração no sentido de que o acusado se dedica à atividade criminosa, respondendo, inclusive, a outras ações penais.

Portanto, não há necessidade e tampouco fundamento para a reanálise das questões mencionadas nas razões dos embargos declaratórios, porquanto o acórdão esgotou a análise de todas as questões devolvidas à Instância Superior, verificando-se que, na verdade, o que pretende a embargante é insurgir-se contra posicionamento adotado no acórdão, o que não é cabível em sede de embargos de declaração.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se, ademais, que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência